



**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

*SLD 6/2016 CFT*

**EMENTA**

Correta contabilização dos juros da dívida pública

**MODALIDADE**

Individual

**TIPO DE EMENDA**

Modificativa

**REFERÊNCIA**

Corpo da lei - Artigo 74 Parágrafo único

**TEXTO PROPOSTO**

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por refinanciamento o pagamento do principal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos.

**JUSTIFICATIVA**

Este artigo da LDO deve ser alterado, pois na sua forma original permite que grande parte dos juros da dívida pública seja contabilizada como atualização monetária, que por sua vez é contabilizada como refinanciamento ou rolagem. Desta forma, o Tesouro Nacional não divulga o montante total de juros pagos, se limitando a divulgar apenas os chamados juros reais, ou seja, aqueles que superam a inflação medida pelo IGP-M, que muitas vezes aponta uma inflação bastante superior à inflação oficial medida pelo IPCA/IBGE. Assim, grande parte dos juros acaba sendo transferida para a rubrica {refinanciamento; ou {rolagem}, itens estes que são constantemente desprezados por diversos analistas, sob o argumento de que seriam apenas uma {troca de dívida velha por nova}, quando na realidade incluem o pagamento efetivo de juros.

Outra consequência nociva deste artigo é que ele permite que grande parte das despesas com juros (que são despesas correntes) sejam contabilizadas como {refinanciamento}, inflando as chamadas {despesas de capital}. Desta forma, amplia-se o limite para que o Tesouro faça mais operações de crédito (ou seja, emita mais títulos da dívida), dado que o montante total das {despesas de capital} representa o teto para as operações de crédito, conforme o Art. 167, III da Constituição. Assim, é estimulado o crescimento acelerado da dívida pública, pois o Tesouro permanece fazendo mais dívida para pagar juros.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

3087 - Edmilson Rodrigues